

PARECER Nº 535/2025

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Processo: 13894/2025

Autor: Ilde Taques

Assunto: INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE CONSCIENTIZAÇÃO E ORIENTAÇÃO SOBRE O USO ADEQUADO DA INTERNET E DAS REDES SOCIAIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL DE CUIABÁ.

I – RELATÓRIO

O processo recebeu **parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação – CCJR – opinando pela Aprovação com emendas.**

Insta salientar que os aspectos constitucionais, legais, regimentais e redacionais já foram analisados pela CCJR, **cabendo a esta Comissão apenas a análise do mérito, isto é, sobre a oportunidade e conveniência da matéria.**

É a síntese do necessário.

II - DA ANÁLISE DAS COMISSÕES TEMÁTICAS

A propósito das **atribuições da Comissão de Educação**, estabelece o Regimento desta Augusta Casa, Resolução nº 008 de 15/12/2016:

Art. 54 Compete a Comissão de Educação: (Redação dada pela Resolução nº 01, de 07 de janeiro de 2025)

(Redação dada pela Resolução nº 20, de 20 de dezembro de 2018)

I - emitir parecer em todas as proposições que tratem de assuntos de ensino aprendizagem na esfera pública e privada; (Redação dada pela Resolução nº 01, de 07 de janeiro de 2025)

(Redação dada pela Resolução nº 20, de 20 de dezembro de 2018)

II - emitir parecer nos projetos sobre o Plano Municipal de Educação; (Redação dada pela Resolução nº 01, de 07 de janeiro de 2025)

(Redação dada pela Resolução nº 20, de 20 de dezembro de 2018)

III - emitir parecer sobre todos os assuntos relacionados à questão educacional e aos direitos dos alunos no âmbito escolar; (Redação dada pela Resolução nº 01, de 07 de janeiro de 2025)



(Redação dada pela Resolução nº 20, de 20 de dezembro de 2018)

IV - avaliar a ação municipal no campo da educação; (Redação dada pela Resolução nº 20, de 20 de dezembro de 2018)

V - articular-se com Órgãos dos Governos Federal e Estadual, assim como aqueles de âmbito Municipal para o desenvolvimento de políticas e para a elaboração de legislação educacional, em regime de parceria; (Redação dada pela Resolução nº 20, de 20 de dezembro de 2018)

VI - encaminhar discussões em audiências e reuniões da comissão sobre os temas relacionados à educação. (Redação dada pela Resolução nº 01, de 07 de janeiro de 2025)

(Redação dada pela Resolução nº 20, de 20 de dezembro de 2018)

VII – implantar e implementar políticas públicas que assegurem o aperfeiçoamento do ensino e da aprendizagem de alunos, professores e servidores; (Redação dada pela Resolução nº 20, de 20 de dezembro de 2018)

VIII – estudar, pesquisar e avaliar os recursos financeiros para o custeio e investimento no sistema educacional, auxiliando sua plena utilização e operacionalidade; (Redação dada pela Resolução nº 20, de 20 de dezembro de 2018)

IX – propor e executar medidas que assegurem processo contínuo de renovação e aperfeiçoamento dos métodos e técnicas de ensino; (Redação dada pela Resolução nº 20, de 20 de dezembro de 2018)

X – pesquisar, planejar e promover o aperfeiçoamento e a atualização permanentes das características e qualificações do magistério e da população estudantil, atuando de maneira compatível com os problemas identificados; (Redação dada pela Resolução nº 20, de 20 de dezembro de 2018)

XI – assegurar às crianças, jovens e adultos, no âmbito do sistema educacional do Município, as condições necessárias de acesso, permanência e sucesso escolar; (Redação dada pela Resolução nº 20, de 20 de dezembro de 2018)

XII – planejar, orientar e coordenar a política relativa ao programa de assistência escolar, no que concerne a sua suplementação alimentar, como merenda escolar e alimentação dos usuários de creches e demais serviços públicos; (Redação dada pela Resolução nº 20, de 20 de dezembro de 2018)

XIII – implantar e incentivar junto ao órgão competente política de qualificação profissional, quando necessário, na área educacional;



(Redação dada pela Resolução nº 20, de 20 de dezembro de 2018)

No que pertine à conveniência e oportunidade, a proposição a medida representa cristalização profunda do direito dos infantes inscritos na rede pública municipal de ensino, cristalizando preceitos protetivos e potencializando a instrumentalização dos recursos disponíveis na rede educacional.

Não há, portanto, óbices quanto à sua conveniência e oportunidade, posto que as medidas sugeridas não são de complexa execução, tampouco transcendem o escopo do Administrador Municipal na prestação do ensino público.

Constata-se, portanto, que a propositura favorece o desenvolvimento psicossocial dos alunos da Rede Pública de ensino, atinente à assunto contemporâneo e de alta relevância para o desenvolvimento do ensino.

Dessa forma, constata-se a oportunidade e conveniência, razão pela qual esta Comissão se manifesta pela aprovação.

VOTO DO RELATOR

PELA APROVAÇÃO COM EMENDAS DA CCJR.

Cuiabá-MT, 9 de julho de 2025



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade> utilizando o identificador 3100320031003700380035003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **Michelly Alencar (Câmara Digital)** em 10/07/2025 14:30

Checksum: **8CC1B58F1DD5D8A126DBD0A3634A0C72C1C3EB785F7472483D3D974D8E0CCB5E**

